

Satisfação de usuários do programa Superar: avaliação da política pública para pessoas com deficiência

RESUMO

Este estudo teve como objetivos descrever o Programa Superar e avaliar a satisfação de seus usuários. Foi realizada uma pesquisa de caráter transversal e descritiva, desenvolvida a partir de dados secundários referentes ao “Relatório Final Pesquisa de Satisfação de Usuários dos Programas: BH é da Gente, Caminhar, Esporte Esperança, Vida Ativa, e Superar, 2019”, e por meio de revisões documental e narrativa. Como principais resultados, identificou-se um nível geral de satisfação dos usuários correspondente a 9,6 em uma escala até 10; avaliação positiva do atendimento profissional oferecido; críticas quanto à frequência e duração das aulas, bem como a infraestrutura das instalações. Considera-se que o programa tem atendido satisfatoriamente e contribuído para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população assistida.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; Política social; Inclusão

Marcos Gonçalves Maciel

Doutor em Estudos do Lazer
Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade
Ibirité, Departamento de Ciências do Movimento
Humano, Ibirité, Brasil.
email: marcos.maciел@uemg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8357-491X>

Marcelo de Melo Mendes

Mestre em Educação
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Prefeitura de
Belo Horizonte, Brasil.
email: marcelomm@pbh.gov.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6227-0661>


Ana Mônica Serakides Ivo

Doutora em Enfermagem e Saúde
Departamento de Educação Física, PUC Minas.
Faculdade Anhanguera Belo Horizonte. Secretaria de
Educação de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
email: amsivo@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4479-4474>

José Mauro Silva Vidigal

Mestre em Educação Física
Departamento de Educação Física, PUC Minas.
Diretoria de Planejamento, Monitoramento e
Avaliação, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,
Prefeitura de Belo Horizonte, Brasil.
email: jmsvidigal30@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2295-5695>

Ingrid Ludimila Bastos Lôbo

Mestre em Educação Física
Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade
Ibirité, Departamento de Ciências do Movimento
Humano, Ibirité, Brasil.
email: ingrid.lobo@uemg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4159-7072>

Satisfaction of users of the programa Superar: evaluation of public policy for people with disabilities

ABSTRACT

This study aimed to describe the Programa Superar and evaluate the satisfaction of its users. A cross-sectional and descriptive research was carried out, developed from secondary data related to the "Final Report Program User Satisfaction Survey: BH é da Gente, Caminhar, Esporte Esperança, Vida Ativa, and Superar, 2019", and through documentary and narrative review. Como main results, we identified a general level of user satisfaction corresponding to 9.6 on a scale up to 10; positive evaluation of the professional service offered; criticism about the frequency and duration of classes, as well as the infrastructure of the facilities. It is considered that the program has attended satisfactorily and contributed to the promotion of health and quality of life of the assisted population.

KEYWORDS: Leisure; Social policy; Inclusion

Satisfacción de los usuarios del programa Superar: evaluación de políticas públicas para personas con discapacidad

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo describir el Programa Superar y evaluar la satisfacción de sus usuarios. Se realizó una investigación transversal y descriptiva, desarrollada a partir de datos secundarios relacionados con el "Informe Final investigación de Satisfacción de Usuarios de los Programas: BH é da Gente, Caminhar, Esporte Esperança, Vida Ativa, e Superar, 2019", y a través de revisiones documental y narrativa. Como principales resultados, se identificó un nivel general de satisfacción del usuario correspondiente a 9,6 en una escala de hasta 10; evaluación positiva del servicio profesional ofrecido; críticas sobre la frecuencia y duración de las clases, así como la infraestructura de las instalaciones. Se considera que el programa ha atendido satisfactoriamente y contribuido a la promoción de la salud y calidad de vida de la población asistida.

PALABRAS-CLAVE: Ocio; Política social; Inclusión

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão da pessoa com deficiência (PcD) na sociedade é uma demanda social discutida ao longo dos anos. O marco dos movimentos sociais em prol dos direitos dessa parcela da população ocorreu na década de 1980, impulsionando a elaboração das primeiras políticas públicas direcionadas à inclusão e a equidade (MAIOR, 2017). No âmbito internacional, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das PcD (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006), que propõe o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e dispõe em seu artigo 30, que os países signatários, dentre os quais o Brasil, reconhecem o direito dessa população em participar plenamente e em igualdade de condições de atividades de lazer, cultura, turismo e esporte (KIRCHNER; GOLFIERE, 2008).

Por políticas públicas, entende-se o processo pelo qual são formulados e implementados programas de ação pública, coordenados em torno de objetivos explícitos visando a transformação social (LIMA; D'ACENZI, 2018). Neste sentido, políticas públicas são medidas criadas pelos governos para garantir direitos, assistência ou prestações de serviços à população, assegurando que todos tenham acesso aos direitos promulgados por leis. Essas políticas também visam diminuir as desigualdades sociais existentes em um país, sendo usadas como uma ferramenta de inclusão social (LIMA; D'ACENZI, 2018).

No Brasil, as conquistas sociais direcionadas as PcD iniciaram com a Constituição Federal de 1988. Entretanto, sua normatização ocorreu apenas a partir do Decreto de Lei nº 3298/1999, que regulamentou a Lei nº 7.853/1989, sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1999). Atualmente, a política nacional para essa população apresenta um arcabouço legal composto por diversas regulamentações, com destaque para duas leis federais, a saber: nº 7.612/2011, denominada de Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – o Viver sem Limite (BRASIL, 2013); e a nº 13.146/2015, denominada de Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, que deu origem ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Destaca-se que as legislações outorgadas possibilitaram o surgimento de políticas públicas que visam a universalização de direitos civis, políticos e sociais necessários à vida em sociedade das PcD (BRASIL, 2015). Ainda conforme esse documento, compreende-se que é dever do Estado promover políticas públicas que oportunizem a participação de PcD em diferentes atividades sociais, dentre as quais pode-se sobressair as práticas esportivas e de lazer.

Investigações vêm sendo realizadas para compreender a relação das PcD com as atividades esportivas e de lazer, entretanto, ainda escassas no contexto brasileiro, deixando diversas lacunas

sobre a temática. Em estudo de revisão, Barbosa, Rezende e Brito (2020) identificaram 10 artigos específicos da área do lazer relacionados a esse público. Em outra revisão, Mendes *et al.* (2022), encontraram 10 artigos, sendo que em sete foram abordadas questões sobre o arcabouço legal relacionado às políticas públicas de esporte e lazer, e em apenas três tratou-se da análise de implementações de políticas de esporte e lazer para PcD. Ainda a respeito dessa temática, Caravage e Oliver (2018) apontaram a existência de lacunas referentes à análise do ciclo de avaliação dos resultados alcançados em programas direcionados às PcD.

Conforme Costa e Castanhar (2003, p. 972), a avaliação pode ser entendida como uma ação "(...) sistemática e objetiva de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos". Ainda de acordo com os autores, o objetivo da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

Concomitantemente à implementação de programas sociais relacionados aos esportes e ao lazer que atendam a população PcD, é necessária a avaliação desses programas para o aprimoramento e ajuste das estratégias adotadas que permitam seu adequado desenvolvimento. Uma importante estratégia para tal refere-se a verificação do atendimento às necessidades e demandas dos públicos-alvo para auxiliar os gestores públicos a tomarem decisões assertivas (MACIEL *et al.*, 2019; MACIEL; SARAIVA; CARVALHO, 2017; PINTOS; MASCARENHAS; ATHAYDE, 2019; SANTOS, 2014; SOARES; GUADANINI, 2018).

Informações a esse respeito podem ser obtidas a partir da avaliação de satisfação de usuários. Essa modalidade é relevante nos processos de avaliação e representa uma informação prioritária aos gestores comprometidos com a qualidade dos serviços prestados (ESPERIDIÃO; TRAD, 2005). Embora não haja um consenso, o conceito de satisfação é concebido a partir da relação entre expectativas e percepções dos usuários quanto aos serviços recebidos (ESPERIDIÃO; TRAD, 2006).

Um exemplo de política pública em relação a programas sociais direcionados às PcD é o Programa Superar, implementado desde 1994, pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL). Esse programa é considerado referência em âmbito nacional quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer para o público em questão (MENDES *et al.*, 2020). Além disso, destacam-se dois grupos de ações principais realizadas pelo programa: (1) execução das atividades físicas e esportivas propriamente ditas (por meio de parcerias com entidades), apoio e desenvolvimento de eventos; (2) formação e capacitação de profissionais para atuarem com PcD.

Ao considerar os aspectos apontados, este estudo objetivou descrever o Programa Superar, por considerar sua importância enquanto um modelo municipal no desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer para PcD, e avaliar a satisfação de usuários, a partir de dados secundários do relatório elaborado pela SMEL/PBH, de avaliação de programas sociais em 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo é de caráter descritivo e transversal (MARCONI; LAKATOS, 2021) desenvolvido a partir de dados primários, constantes no “Relatório final pesquisa de satisfação de usuários dos Programas: BH é da Gente, Caminhar, Esporte Esperança, Vida Ativa e Superar 2019”, elaborado pela Diretoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (DPMA/SMEL) da PBH, que considerou os mesmos procedimentos adotados nas avaliações realizadas nos anos de 2017 e 2018. Cabe destacar que os dados coletados na pesquisa de satisfação, realizada anualmente pela DPMA/SMEL, embora não disponibilizados abertamente, são de acesso público quando solicitados. Por exemplo, estudo publicado por Maciel *et al.* (2021), teve como base o mesmo banco de dados utilizado para elaboração deste trabalho, sendo obtido por meio de solicitação a essa diretoria. Desta forma, dois dos autores envolvidos neste estudo, que são Analistas de Políticas Públicas da SMEL/PBH, solicitaram os dados que foram prontamente disponibilizados para análise e elaboração do presente estudo.

Foi realizada uma análise documental a respeito das normativas relacionadas às PcD, bem como sua relação com o lazer, e do Programa Superar. Também foi conduzida uma revisão narrativa abordando a temática sobre políticas públicas de esporte e lazer, e PcD. Essa modalidade de revisão, segundo Cordeiro *et al.* (2007), não precisa esgotar as fontes de informações, não exigindo um protocolo rígido para sua elaboração.

Em uma última etapa, foram considerados os conhecimentos e percepções pessoais de coautores do presente estudo, que atuaram ou atuam como profissionais no referido programa, sendo que um desses possui vínculo desde 2003, ocupando o cargo de gerente desse programa desde 2011. Esta ação foi adotada como possibilidade de fornecer a contextualização de determinadas informações apresentadas pelos resultados contidos no relatório analisado. Ressalta-se que essa estratégia, normalmente, é utilizada em estudos etnográficos (SILVA *et al.*, 2018), embora, este trabalho não possa ser caracterizado como tal. Todavia, esse processo foi conduzido com a devida parcimônia para não influenciar nas análises apresentadas.

De acordo com Espiridião e Trad (2005), há pouco consenso na literatura a respeito da escolha do instrumento a ser adotado para avaliação da satisfação de usuários, bem como identifica-se

inúmeras possibilidades a serem utilizadas. Ressalta-se que o instrumento usado pela DPMA/SMEL, não foi validado, pois não tinha como objetivo ser aplicado para além da avaliação pretendida pelo setor; mas, foi construído para atender as demandas identificadas por esse órgão.

Cabe ainda destacar a Lei Federal 13.460/2017 (BRASIL, 2017), cujo texto estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços que são prestados direta ou indiretamente pela administração pública. O Art. 23 do Capítulo VI (da avaliação continuada dos serviços públicos), apresenta que a avaliação da satisfação do usuário com o serviço prestado será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, em formato que garanta significância estatística aos resultados.

1.1 Instrumento

A pesquisa de satisfação consistiu de um questionário semiestruturado composto de quatro blocos de conteúdos, a saber: (1) dados sociodemográficos (perfil do entrevistado – se usuário direto ou se responsável pelo usuário -, sexo e faixa etária) e tempo de participação no programa; (2) avaliação específica da infraestrutura (local de atendimento e materiais utilizados), de aspectos pedagógico-organizacionais das aulas (frequência, duração, pontualidade, acolhimento e atividades), e autoavaliação dos benefícios percebidos com a participação no programa (aptidão física, desempenho esportivo, autoestima, convivência social, saúde e qualidade de vida); (3) avaliação geral do programa, tendo como referência a adoção de escala likert de zero a 10, sendo zero "muito insatisfeito" e 10 "muito satisfeito"; e (4) espaço para inserção de comentários (pontos negativos, críticas, elogios e sugestões). Os blocos (1) e (2) deveriam servir, também, de parâmetro para a avaliação geral (bloco 3), de modo a torná-la mais criteriosa. As respostas abertas (bloco 4), foram agrupadas por categorias para fins de análise.

1.2 Participantes

A aplicação do questionário ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2019, durante o período regular de realização das atividades do programa. À época, havia 734 pessoas atendidas, sendo aplicados 605 questionários, o que corresponde a 82,4% da população assistida. Desses, 46,8% dos questionários foram respondidos por usuários diretos, mesmo apresentando algum grau de limitação cognitiva ou física para o preenchimento; 50,2% foram respondidos por responsáveis, em função do maior comprometimento da deficiência do usuário direto; 3% dos questionários não constaram a identificação em questão. Quanto ao gênero dos respondentes, 45,8% se reconheceram do gênero feminino, 53% como masculino, 0,2% como outro; 1,8% não responderam.

A tabela 1 apresenta a estatística descritiva das frequências correspondentes ao perfil, gênero, faixa etária de usuários, e tempo de participação no Programa Superar. Cabe destacar que a totalização dos dados parciais não alcança precisamente 100% em função de perdas existentes devido a alguma questão relativa ao preenchimento do questionário.

1.3 Análise Estatística

Adotou-se a estatística descritiva (frequência absoluta e porcentagem) para a análise dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção está dividida em duas partes. A primeira contextualiza o Programa Superar, apresentando informações referentes à sua implementação, objetivos e proposta de intervenção. Na segunda parte são discutidos os resultados apresentados no relatório analisado neste estudo.

Tabela 1 - Estatística descritiva das frequências correspondentes ao perfil, gênero, faixa etária de usuários e tempo de participação no Programa Superar (número absoluto e porcentagem)

Perfil do entrevistado	Participantes/	283 (46,8%)
	Responsáveis pelos participantes	304 (50,2%)
Gênero	Feminino	272 (45%)
	Masculino	321 (53%)
	Outro	1 (0,2%)
Faixa etária usuário (anos)	7 e 8	43 (7,1%)
	9 a 11	65 (10,7%)
	12 a 14	49 (8,1%)
	15 a 17	50(8,3%)
	18 a 29	173 (28,6%)
	30 a 39	114 (18,8%)
	40 a 49	70 (11,6%)
	50 a 59	24 (4,0%)
	60 a 69	11 (1,8%)
	70 a 79	1 (0,2%)
80 a 89	1 (0,2%)	
Tempo de participação	Menos 6 meses	46 (7,6%)
	Entre 6 meses e 1 ano	63 (10,4%)
	Entre 1 e 2 anos	80 (13,2%)
	Entre 2 e 3 anos	136 (22,5%)
	Entre 3 e 5 anos	105 (17,4%)
	Acima de 5 anos	169 (28%)

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos dados da DPMA/PBH.

1.4 Programa Superar: uma política pública para PcD

Em 1994 foi criado o Programa Superar pela SMEL/PBH, com fins de formular, implementar, supervisionar e avaliar políticas públicas de esporte e lazer destinadas às PcD (MENDES *et al.*, 2020). Atualmente, o programa é considerado referência em âmbito nacional quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer para o público em questão. Como já mencionado, o Programa Superar desenvolve atividades físicas e esportivas, apoia e realiza eventos, e capacita profissionais para atuarem com PcD.

No início do Programa Superar, as atividades eram realizadas, principalmente, em escolas de ensino especial, com os estudantes matriculados nestas escolas, sendo desenvolvido conteúdos diversos da cultura corporal de movimento. Existia uma precariedade de espaços e de acessibilidade para a prática de modalidades esportivas e de lazer, e poucos profissionais formados em Educação Física atuando com PcD. Vale destacar que os profissionais do Programa Superar atuavam especificamente na formação de profissionais para o desenvolvimento de esportes e lazer para PcD, em parceria com entidades que atendiam essa população em espaços públicos disponibilizados, fundamentalmente, pelas escolas.

A partir de 2003 foi criado pela SMEL/PBH, o Centro de Referência Esportiva para Pessoas com Deficiência (CREPPD), localizado na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 2.283, no bairro Carlos Prates. Esse espaço é constituído por uma piscina semiolímpica, ginásio poliesportivo, sala multifuncional para aulas de judô e dança, espaço para prática de tênis de mesa, consultório médico, vestiários e banheiros com acessibilidade, e pequena área de espera para os pais e/ou responsáveis. Esse centro possui capacidade de atendimento para aproximadamente 600 alunos/atletas com deficiência. A iniciativa possibilitou a ocupação de um espaço físico permanente, favorecendo o desenvolvimento das ações do Programa.

Atualmente, o Programa Superar executa uma política pública de fomento ao desenvolvimento de esportes e lazer seguindo uma perspectiva inclusiva, com ações específicas para PcD. Ressalta-se o apoio às entidades que atendem esse público, no que diz respeito à formação e capacitação profissional, com o propósito de ampliar as atividades nas regionais administrativas da cidade. Adicionalmente, são realizadas diferentes modalidades paradesportivas em parceria com outras instituições, como associações esportivas, escolas de ensino especial e regular, universidades e clubes recreativos, por exemplo, a equipe Minas Quad Rugby em Cadeira de Rodas da Associação Mineira de Paradesporto. As ações desenvolvidas visam promover a melhoria da saúde e qualidade de vida desse público.

O Programa Superar conta com um corpo técnico formado por: cinco profissionais efetivos formados em Educação Física, responsáveis pelas políticas públicas da SMEL/PBH; cinco professores contratados e 29 estagiários de Educação Física; funcionários administrativos; e um médico cedido pela Secretaria Municipal da Saúde.

Além do CREPPD, no período da realização deste estudo, também realizavam-se atendimentos em outros oito núcleos: Escola Municipal de Ensino Especial Frei Leopoldo (Regional Oeste), Escola Estadual Doutor Amaro Neves Barreto (Regional Barreiro), Escola Estadual de Educação Especial Doutor João Moreira Salles (Regional Nordeste), Escola Municipal Marconi (Regional Centro-sul), Associação de Deficientes Visuais de Belo Horizonte (Regional Noroeste), Sociedade Recreativa Palmeiras (Regional Leste), Associação de Surdos de Belo Horizonte (Regional Noroeste) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - Regional Pampulha).

Em 2019, foram atendidas 851 PcD no Programa Superar. Esse quantitativo é referente ao mês de novembro (mês com maior número de pessoas assistidas), sendo 513 do sexo masculino e 338 do sexo feminino. Destaca-se que, de acordo com o último censo demográfico realizado em 2010, a população de PcD em Belo Horizonte era de 550.997 pessoas (BAPTISTA; RIGOTTI, 2013). Dessa forma, o Programa Superar atendeu 0,15% da população de PcD de Belo Horizonte. Em relação ao tipo de deficiência do público assistido, 45,8% possuíam deficiências intelectuais, 31,6% deficiências múltiplas, 7,5% deficiências físicas, 6,3% são autistas e 5,1% deficiências visuais. Foram atendidas pessoas a partir dos seis anos de idade, com exceção da parceria com a Escola Municipal de Educação Infantil Carlos Prates, que no caso iniciava-se aos quatro anos.

1.5 Análise dos dados da pesquisa de satisfação

Neste estudo foi identificado a maior participação do gênero masculino, sendo 53% (n = 321), com idade entre 18 e 39 anos, assemelhando-se a outros estudos de características e públicos similares (BARBOSA; REZENDE; BRITO, 2020; LIMA; RIBEIRO; TONELLO, 2012; PEREIRA; BRITO; RODRIGUES, 2019; SILVA, 2019). Esses dados evidenciam a necessidade de os programas de lazer terem uma maior abrangência no que diz respeito à idade e gênero dos participantes.

A satisfação de usuários é utilizada para identificar a qualidade do serviço oferecido pelos programas sociais (COSTA; CASTANHAR, 2003; COMES *et al.*, 2016; MACIEL *et al.*, 2021; VAITSMAN; ANDRADE, 2005). Um dos componentes que deve ser considerado nessa avaliação é a percepção de barreiras pela PcD para acessar as atividades de lazer (PEREIRA; BRITO; RODRIGUES, 2019). Para superar essas barreiras é fundamental realizar as devidas alterações estruturais, não apenas nos espaços e equipamentos de lazer, mas também, ao acesso em seu entorno

e na mobilidade urbana que permita uma maior facilidade dessas pessoas e/ou dos responsáveis que as conduzem a esses locais.

Neste sentido, uma crítica apontada pelos usuários do Programa Superar está relacionada à identificação de uma infraestrutura inadequada ao acesso às suas instalações, impossibilitando um vivenciar mais satisfatório das atividades ofertadas. Esse fato foi também identificado em outras pesquisas correlatas (BELTRAME *et al.*, 2018; MACIEL *et al.*, 2021; PEREIRA; BRITO; RODRIGUES, 2019). Desta forma, se faz necessário rever os aspectos orçamentários destinados à construção e manutenção das instalações destinadas aos programas sociais de atividade física e lazer, reduzindo as barreiras arquitetônicas de acesso às instalações, bem como melhorar a condição de realização das atividades ofertadas.

A avaliação feita pela SMEL/PBH levou em conta aspectos relacionados às dimensões estruturais e ao atendimento (barreiras arquitetônica e comunicacional), serviços ofertados e materiais utilizados (barreiras metodológica e instrumental), bem como a percepção de usuários sobre a qualidade de vida, estando assim, alinhado à dimensão pragmática de acessibilidade (SASSAKI, 2009).

A Lei Brasileira de Inclusão da PcD (BRASIL, 2015), conceitua barreira como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, à circulação com segurança, entre outros. Nesse viés, a presença de barreiras pode causar a exclusão das PcD em diversos contextos, incluindo-se o lazer e o esporte (SASSAKI, 2009).

No entanto, apesar da crítica supracitada, a pesquisa de satisfação em análise identificou uma aderência ao programa de 68% de usuários com mais de dois anos contínuos de prática, assim, infere-se uma avaliação positiva quanto ao atendimento das expectativas das pessoas envolvidas. Destaca-se que esse aspecto é determinante para se observar os benefícios biopsicossociais advindos das atividades oferecidas.

É sabido que o tempo de prática de atividade física está diretamente relacionado a melhores resultados nos diferentes domínios da qualidade de vida e de satisfação com a vida (SILVEIRA; PORTUGUEZ, 2017; FERNANDES *et al.*, 2017), além de contribuir para promover o empoderamento das PcD, possibilitando uma ressignificação dos conceitos de saúde e do próprio corpo (SANTOS; MOREIRA; GOMES, 2020). Entretanto, há uma escassez de estudos que correlacionam a percepção de saúde e qualidade de vida em PcD participantes de programas como os discutidos neste trabalho, conforme apresentado por Mendes *et al.* (2022), e pela revisão realizada neste estudo.

Neste sentido, ao se considerar a Convenção dos Direitos das PcD, o poder público e a sociedade são desafiados a universalizar oportunidades em todos os níveis da prática de atividades recreativas, esportivas e de lazer, garantindo a participação das PcD em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

A Convenção supracitada estabelece que as políticas públicas devem proporcionar condições para a participação das PcD, garantindo oportunidades de desenvolvimento das suas potencialidades em seus aspectos físicos, intelectuais, psíquicos e sociais, não somente como espectador das ações, mas, principalmente, como protagonistas (BRASIL, 2015). No que diz respeito aos resultados referentes à avaliação da satisfação de usuários, destaca-se que essa temática ainda é pouco explorada no campo dos programas de esporte e lazer (MACIEL *et al.*, 2021), sendo mais comum sua investigação na área da saúde (ARRUDA; BOSI, 2016; ESPERIDIÃO; TRAD, 2005; ESPERIDIÃO; TRAD, 2006; SILVA *et al.*, 2018).

Neste sentido, ao longo da discussão, se fará uso de estudos que contemplam a última área, por entender que há uma similaridade entre os objetivos de ambos os programas. No que concerne à avaliação geral do nível de satisfação de usuários do Programa Superar, obteve-se uma média de 9,6 pontos. Esse resultado foi obtido por meio da média aritmética simples referente ao questionário adotado, o qual usou uma escala likert de 10 pontos. A tabela 2 apresenta os resultados dessa variável por núcleo avaliado.

Tabela 2 – Nível de satisfação de usuários

Núcleo	Média
Escola Dr. Amaro Neves Barreto	9,7
Escola Dr. João Moreira Salles	9,7
Escola Municipal Marconi	9,6
Escola Frei Leopoldo	9,7
Sociedade Recreativa Palmeiras	9,6
ADEVIBEL	9,5
Associação de Surdos	9,6
CREPPD	9,5
Média geral	9,6

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos dados da DPMA/PBH.

Esses resultados demonstram um elevado nível de satisfação por parte dos usuários em relação aos serviços prestados pelo Programa Superar. Destaca-se a importância da realização dessa modalidade de avaliação, pois permite aos gestores públicos e profissionais que atuam com o desenvolvimento do Programa tomarem decisões assertivas referentes às possíveis mudanças quanto ao processo de condução das atividades, bem como de aprimoramento das políticas públicas que dizem respeito ao público atendido (ARRUDA; BOSI, 2016; SILVA, 2019).

Resultados semelhantes ao nível de satisfação deste estudo foram apontados por Maciel *et al.* (2021), que relataram uma média de satisfação de usuários do Programa Vida Ativa, correspondente a 9,8 em uma escala até 10. Infere-se que pelos resultados apresentados em ambos os programas gerenciados pela SMEL/PBH, a existência de um padrão de qualidade dos serviços prestados à comunidade belo-horizontina.

De forma complementar, Espiridião e Trad (2005) indicam que a incorporação de usuários na avaliação de programas de saúde é valorizada não apenas por constituir-se como um indicador sensível da qualidade do serviço prestado, mas, também, por estar potencialmente relacionada à maior adequação ao serviço. Todavia, essas autoras chamam a atenção para a existência de alguns vieses que podem influenciar nos resultados dessa modalidade de avaliação, dentre eles, o viés de gratidão. Adicionalmente, esse viés trata da omissão de questionamentos e críticas negativas dos usuários, especialmente em serviços públicos. Esse fato ocorre quando o usuário tem afinidade com os profissionais envolvidos e/ou pelo fato de terem a garantia do serviço prestado.

A tabela 3 apresenta a frequência absoluta e relativa correspondente à avaliação específica dos aspectos estruturais (local de atendimento e materiais), pedagógico-organizacionais (aula/atendimento) e resultados autopercebidos por núcleo do Programa Superar.

Tabela 3 - Resultados referentes à avaliação específica

Núcleos	Local de atendimento e materiais		
	Péssimo e ruim	Regular	Bom e ótimo
CREPPD	2 (0,7%)	20 (7,4%)	249 (91,9%)
Escola Frei Leopoldo	0	1 (0,6%)	162 (99,4%)
Escola Marconi	1 (3,6%)	1 (3,6%)	26 (92,8%)
Escola Dr. João Moreira Salles	0	0	6 (100%)
Escola Dr. Amaro Neves Barreto	0	0	47 (100%)
Sociedade Recreativa Palmeiras	1 (2,4%)	0	41 (97,6%)
ADEVIBEL	2 (9,6%)	3 (14,3%)	16 (76,1%)
Associação de Surdos	0	1 (5,9%)	16 (94,1%)
Totais	6 (1,0%)	26 (4,4%)	563 (94,6%)

Aula / atendimento

	Péssimo e ruim	Regular	Bom e ótimo
CREPPD	0	5 (1,9%)	263 (98,1%)
Escola Frei Leopoldo	0	1 (0,6%)	157 (99,4%)
Escola Marconi	0	0	28 (100%)
Escola Dr. João Moreira Salles	0	0	6 (100%)
Escola Dr. Amaro Neves Barreto	0	0	47 (100%)
Sociedade Recreativa Palmeiras	0	0	43 (100%)
ADEVIBEL	0	0	21 (100%)
Associação de Surdos	0	1 (5,9%)	16 (94,1%)
Totais	0	7 (1,2%)	581 (98,8%)

Resultados autopercebidos

	Péssimo e ruim	Regular	Bom e ótimo
CREPPD	1 (0,4%)	2 (0,7%)	264 (98,9%)
Escola Frei Leopoldo	0	1 (0,6%)	158 (99,4%)
Escola Marconi	0	1 (3,6%)	27 (96,4%)
Escola Dr. João Moreira Salles	0	0	6 (100%)
Escola Dr. Amaro Neves Barreto	0	0	47 (100%)
Sociedade Recreativa Palmeiras	0	0	43 (100%)
ADEVIBEL	0	0	21 (100%)
Associação de Surdos	0	1 (5,9%)	16 (94,1%)
Totais	1 (0,2%)	5 (0,8%)	582 (99,0%)

Obs.: (i) percentual relativo aos respondentes; (ii) os totais apresentados não alcançaram 605 respondentes devido às perdas existentes.

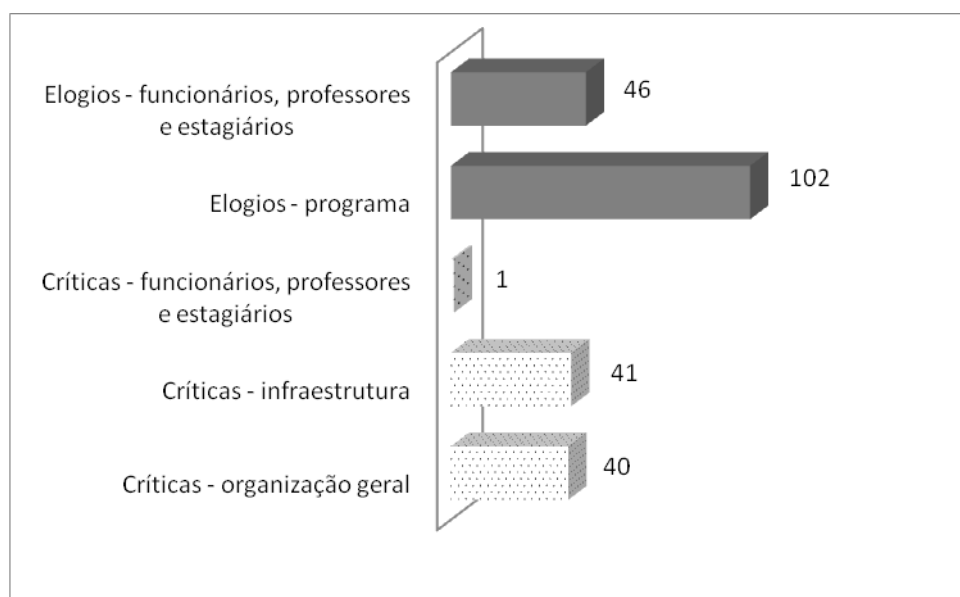
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos dados da DPMA/SMEL.

Espiridião e Trad (2006) apontam que pouco se sabe sobre os fatores que estabelecem a relação da avaliação entre satisfação de usuários e os fatores determinantes para tal. Essas autoras citam quatro grandes grupos de fatores determinantes identificados em serviços de saúde, a saber: (i) características dos pacientes (incluindo as sociodemográficas; as expectativas destes sobre a consulta médica e os seus estados de saúde); (ii) características dos profissionais que prestam o atendimento (incluindo traços de personalidade, qualidade técnica e a “arte do cuidado”); (iii) aspectos da relação médico-paciente; (iv) fatores estruturais e ambientais (incluindo o acesso, forma de pagamento, tempo de tratamento, marcação de consulta e outros).

Os altos níveis de satisfação apontados pelos resultados apresentados neste estudo podem relacionar-se aos fatores determinantes mencionados, ao considerar, por exemplo, a gratuidade do programa, o perfil dos usuários avaliados e o atendimento de expectativas. Por se tratar de um público que possui pouca opção de atividades, equipamentos e espaços destinados ao esporte e lazer, pode sentir-se grato pela participação no Programa Superar; o que corrobora com a proposta do viés de gratidão.

Por outro lado, esse resultado também pode ter sido influenciado pela qualidade do atendimento prestado pelos profissionais do programa, como descrito na Figura 1, que indica a relação com os posicionamentos apresentados no item “elogios e críticas” do questionário.

Figura 1 – Número de elogios e críticas registradas na avaliação



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos dados da DPMA/SMEL.

Sobre as críticas, observam-se os comentários relativos ao reduzido número de aulas semanais, bem como à duração dessas; sendo sugerida a ampliação desses aspectos. Outra sugestão que sobressaiu foi o aumento da diversidade das práticas oferecidas. A respeito da infraestrutura do local utilizado para as aulas, foi sugerido melhoria dos banheiros e vestiários, e implementação de rampa para facilitar o acesso de usuários.

Semelhantemente, foram encontrados resultados satisfatórios em outros programas sociais, com características similares, desenvolvidos pela PBH. O estudo de Ivo e Freitas (2019), em um programa público de atividade física na cidade de Belo Horizonte, também identificou avaliação positiva de usuários referente ao atendimento prestado pelos profissionais, juntamente com a gratuidade e facilidade de acesso ao programa. Além disso, assim como neste estudo, a satisfação de usuários foi igualmente relacionada aos resultados percebidos em relação à própria condição satisfatória de saúde, em função da participação nos programas avaliados. No estudo referente ao Programa Vida Ativa (MACIEL *et al.*, 2021), que também é promovido pela SMEL/PBH, os autores identificaram resultados que se assemelham aos descritos na presente investigação. Neste sentido, é possível inferir que as políticas públicas implementadas pela PBH, se concretizam por meio dos programas de atividade física e lazer.

Adicionalmente, o monitoramento por meio de indicadores de programas sociais, especialmente, os direcionados às minorias, possibilita avaliações sistemáticas para um (re)pensar da gestão pública a respeito do avanço de estratégias e ações das políticas públicas, no presente caso, de esporte e lazer para as PcD. Nesse sentido, nos últimos anos, a DPMA/SMEL tem dedicado esforços,

também, na idealização e implementação de (novos) indicadores que contribuam para o melhor monitoramento de ações desenvolvidas pela SMEL/PBH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste estudo foram descrever as características do Programa Superar, e avaliar o nível de satisfação de usuários, a partir de dados secundários, apresentados pelo “Relatório Final Pesquisa de Satisfação de Usuários dos Programas: BH é da Gente, Caminhar, Esporte Esperança, Vida Ativa e Superar 2019”. Em relação ao primeiro objetivo, apontou-se que o referido programa, ao longo dos seus 28 anos de existência, representa um grande marco quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social, atendendo as PcD na cidade de Belo Horizonte. Desde então, são realizados centenas de atendimentos mensais, contemplando pessoas a partir dos quatro anos de idade, de ambos os sexos e diferentes tipos de deficiências. A respeito da avaliação do nível de satisfação de usuários do Programa Superar, obteve-se a média geral 9,6 em uma escala até 10, representando um valor elevado de satisfação, refletindo na aderência ao programa, que possui 68% dos usuários com mais de dois anos de participação.

Um fator primordial para o sucesso do Programa Superar está relacionado à intervenção de profissionais qualificados, que oferecem uma gama de atividades paradesportivas e de lazer. Importante destacar as parcerias realizadas com instituições escolares e da sociedade civil em geral, que também favorecem a avaliação positiva do programa, possibilitando a aproximação das ações executadas com a especificidade das demandas advindas do público-alvo. Em virtude da seriedade e constância do trabalho realizado, o programa alcançou reconhecimento em âmbito nacional.

Dentre os principais aspectos positivos relatados pelos usuários, pode-se destacar a qualidade do atendimento e os resultados relacionados à saúde. Nesse sentido, entende-se que o Programa Superar tem conduzido com efetividade suas atividades no que diz respeito à promoção da saúde, bem como oferecido um serviço de qualidade à população assistida.

No entanto, se faz necessário ampliar os investimentos públicos para que se possa aumentar o atual atendimento, democratizando o acesso às atividades esportivas e de lazer para esse público em todas as nove regionais administrativas do município. No que tange às críticas apresentadas, verificaram-se queixas em relação à frequência e duração das aulas semanais ministradas, bem como sobre alguns aspectos referentes à infraestrutura. Esses dados revelam a necessidade de se ampliar e/ou otimizar os investimentos destinados para atender às demandas e especificidades apresentadas, promovendo melhorias arquitetônicas para eliminar barreiras de acessibilidade. Outro relevante

aspecto a se considerar é ampliar a capacidade de atendimento do Programa Superar em todas as regionais da cidade, considerando as diferentes faixas etárias, gênero e modalidades de deficiência.

Ao considerar esse cenário, torna-se relevante destacar dois aspectos. O primeiro diz respeito a importância do processo contínuo de avaliação dos serviços públicos, até mesmo, em função da Lei 13.460/2017, que prevê a avaliação de satisfação de usuários em relação aos serviços prestados à população assistida. Pois a partir dessas avaliações é possível identificar necessidades e demandas apresentadas pela população, bem como a revisão dessas políticas quanto aos objetivos, metas, capacitação profissional e dotações orçamentárias que possibilitem um contínuo processo de aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

O segundo aspecto relaciona-se a compreender as percepções dos usuários. Assim, se faz premente identificar os fatores determinantes que influenciam as expectativas e percepções ao acessar os serviços oferecidos pelo poder público. Esse fato está relacionado à avaliação da qualidade dos serviços e deve considerar tanto os componentes objetivos (infraestrutura, recursos, acessibilidade) e subjetivos (acolhimento, relacionamento com os profissionais envolvidos, atividades ofertadas, resultados percebidos).

A avaliação desses aspectos permitirá compreender e melhorar o processo de oferta dos serviços públicos, bem como a sua aceitabilidade pela população. Ressalta-se que o fim último do poder público é servir à sociedade, visando o seu desenvolvimento e bem-estar. Portanto, é importante o aperfeiçoamento de políticas públicas que possibilitem a avaliação de satisfação de usuários e aprimorem os serviços oferecidos.

Ao considerar esses aspectos, destaca-se a relevância da articulação das ações de políticas públicas de governo em relação às políticas de Estado. Estas tendo um caráter estruturante e longínquo, balizam uma série de direitos e deveres universais determinados para serem implementados pelo estado, visando garantir a vida em sociedade. Neste sentido, delinea os limites, políticas e atos de determinado governo. Por sua vez, as políticas de governo, em uma sociedade democrática de direito, assumem as características ideológicas dos governantes em um dado período temporal, com o intuito de desenvolver ideias e ações de acordo com o perfil de quem ocupa o poder. Desta forma, a implementação e avaliação de políticas públicas (acertos e erros) dependerá das características e agenda política do governo, considerando a prioridade de certas ações que pretendem promover segundo sua visão de mundo e pretensões políticas.

Por fim, entende-se que o presente estudo contribui na ampliação da discussão da temática sobre avaliação de programas sociais esportivos e de lazer direcionados às PcD no contexto brasileiro. Pois analisar a satisfação de usuários de programas sociais permite refletir sobre o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, adequando-as às necessidades e peculiaridades apresentadas

pelo público-alvo, tendo em vista o atendimento dos direitos sociais concernentes a essas atividades. Portanto, é imprescindível estimular e realizar ações avaliativas em programas sociais similares, de modo a possibilitar a obtenção de dados que embasem as decisões dos gestores públicos quanto ao fomento e à qualidade das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Carlos André Moura; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Satisfação de usuários da atenção primária à saúde: um estudo qualitativo no nordeste do Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 21, n. 61, p. 321-332, 3 out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0479>.

BAPTISTA, Emerson Augusto; RIGOTTI, José Irineu Rangel. **A população de deficientes no estado de Minas Gerais: uma análise exploratória a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010**. UFMG/CEDEPLAR: Belo Horizonte, 2013. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2014v24n41p98>

BARBOSA, Cláudia Márcia; REZENDE, Edson José Carpintero; BRITO, Cristiane Miryam Drumond de. Pessoas com deficiência e o lazer: uma análise das publicações nas revistas brasileiras Licere e RBEL. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 7, n. 3, set/dez., p. 123-139, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/20483>. Acesso em: 20 de abr. 2023.

BELTRAME, André Luís Normanton; MENDES, Marilda Teixeira; OLIVEIRA, Edvaldo Cesar da Silva; SILVA, João Batista Lopes da; ASSUMPCÃO, Luís Otávio Teles. A cidade, o lazer e a pessoa com deficiência. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 50-73, 21 jun. 2018. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1810>.

BRASIL. Decreto de lei nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf> Acesso em: 15 de abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 11 de abr. 2022.

BRASIL. **Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), 2013. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf Acesso em: 06 de abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 06 de abr. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. **Lei de Defesa dos Direitos do Usuário de Serviços Públicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113460.htm Acesso em: 07 fev. 2022.

CARAVAGE, Andresa; OLIVER, Fátima Corrêa. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 987, 30 set. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.73957>.

COMES, Yamila; TRINDADE, Josélia de Souza; SHIMIZU, Helena Eri; HAMANN, Edgar Merchan; BARGIONI, Florencia; RAMIREZ, Loana; SANCHEZ, Mauro Niskier; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. Avaliação da satisfação dos usuários e da responsividade dos serviços em municípios inscritos no Programa Mais Médicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 9, p. 2749-2759, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015219.16202016>.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, [S.L.], v. 34, n. 6, p. 428-431, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-69912007000600012>.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509/5093> Acesso em: 15 mar. 2022.

ESPERIDIÃO, Monique; TRAD, Leny Alves Bomfim. Avaliação de satisfação de usuários. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 10, n. , p. 303-312, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000500031>.

ESPERIDIÃO, Monique Azevedo; TRAD, Leny Alves Bomfim. Avaliação de satisfação de usuários: considerações teórico-conceituais. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 22, n. 6, p. 1267-1276, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2006000600016>.

FERNANDES, Amanda Paula; ANDRADE, Amanda Cristina de Souza; COSTA, Dário Alves da Silva; DIAS, Maria Angélica de Salles; MALTA, Deborah Carvalho; CAIAFFA, Waleska Teixeira. Programa Academias da Saúde e a promoção da atividade física na cidade: a experiência de Belo Horizonte, MG, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 12, p. 3903-3914, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172212.25282017>.

IVO, Ana Mônica Serakides; FREITAS, Maria de Fátima Imaculada. **Avaliação qualitativa das academias da saúde de Belo Horizonte**: a ótica dos atores. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31422>. Acesso em: 12 de mar. 2022.

KIRCHNER, Barbara; GOLFIERI, Márcia. Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flávia Maria de Paiva (coordenação). **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: Secretaria dos direitos humanos, p. 99-102, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf> . Acesso em: 12 de mar. 2022.

LIMA, Rejane Martins Canedo; RIBEIRO, Priscilla Rosa Queiroz; TONELLO, Maria Georgina Marques. Percepção da qualidade de vida por pessoas com deficiências físicas praticantes e não praticantes de atividades de lazer. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 1-14, 20 dez. 2012. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2012.701>.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose; 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174972>. Acesso em: 12 de fev. 2022.

MACIEL, Marcos Gonçalves; SARAIVA, Luiz Alex Silva; SILVA, Marcelo Moraes; VIEIRA JUNIOR, Paulo Roberto. Avaliação de desempenho do Programa Academia da Saúde em Belo Horizonte: um estudo de caso. **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 25, p. 1-13, 7 maio 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.88631>.

MACIEL, Marcos Gonçalves *et al.* Análise da satisfação dos usuários do Programa Vida Ativa da prefeitura de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 8, n. 2, p. 136-156, mai./ago., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/29451/28077> Acesso em: 12 de mar. 2022.

MACIEL, Marcos Gonçalves; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARVALHO, Mariana Nunes de. Avaliação de programas sociais de atividade física. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 455-482, 21 jul. 2017. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1659>.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>. Acesso em: 12 de mar. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9ª ed. São Paulo: EditoraAtlas, 2021.

MENDES, M.M. *et al.* Superar/Marconi: implementação de um projeto de esporte e lazer escolar às pessoas com deficiência em Belo Horizonte. XIV Encontro Internacional Científico OTIUM, Congresso Ibero-Americano de Estudo de Lazer, ócio e Recreação; **Anais** – Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO, p. 1007-1016, 2020.

MENDES, Marcelo de Melo; SILVA, Guilherme de Paiva Azevedo; COSTA, Luciana Assis. Política pública de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 100-128, 14 nov. 2022. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/2447-6218.2022.41684>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/convencao>. Acesso em: 31 dez. 2021.

PEREIRA, Loren Salles Souza; BRITO, Cristiane Miryam Drumond de; RODRIGUES, Ana Amélia Cardoso. O lazer da pessoa com deficiência física em Belo Horizonte. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 340-364, 24 dez. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16272>.

PINTOS, Ana Elenara; MASCARENHAS, Fernando; ATHAYDE, Pedro Fernando. Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 97-139, 26 set. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15306>.

SANTOS, Edmilson Santos dos. Para pensar a avaliação de políticas públicas de esporte e lazer. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 252-274, 30 set. 2014. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2014.979>.

SANTOS, Tatiana Vasconcelos; MOREIRA, Martha Cristina Nunes; GOMES, Romeu. Performance e deficiência: caminhos para reinvenção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 8, p. 3143-3152, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020258.28292018>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. p. 10-16, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 12 de fev. 2022.

SILVA, Fernanda Carolina Toledo da. **Nível de atividade física, participação e qualidade de vida de pessoas com deficiência física em diferentes contextos.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências 135 p. Marília, 2019.
Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180771>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

SILVA, Raimunda Magalhães da *et al.* **Estudos qualitativos: enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações.** Sobral: Edições UVA, 2018.

SILVEIRA, Michele Marinho da; PORTUGUEZ, Mirna Wetters. A influência da atividade física na qualidade de vida de idosos. **Ciência & Saúde**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 220, 19 out. 2017. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1983-652x.2017.4.26390>.

SOARES, Márcia Miranda; GUADANINI, Aline Souza. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 379-404, 23 dez. 2018. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1946>.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de. Satisfação e responsividade: formas de medir a qualidade e a humanização da assistência à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 599-613, set. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000300017>.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica.

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria compreende não haver qualquer tipo de conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Bianca Natália Poffo

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosário; Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 28.08.2022

Aprovado em: 05.06.2023